

A FRAGILIDADE DA GESTÃO PARTICIPATIVA PARA A SUSTENTABILIDADE MUNICIPAL AVALIANDO PROGRAMAS SOCIAIS NA CONTEXTUALIZAÇÃO FÍSICO-ESPACIAL EM BAIRROS

THE FRAGILITY PARTICIPATORY MANAGEMENT FOR SUSTAINABLE MUNICIPAL BACKGROUND EVALUATING SOCIAL PROGRAMS IN PHYSICAL SPACE IN DISTRICTS

Luiz Antônio Miotti¹

Recebido em 21 de dezembro de 2012; recebido para revisão em 28 de dezembro de 2012; aceito em 03 de dezembro de 2012; disponível on-line em 14 de dezembro de 2012.



PALAVRAS CHAVES:

Gestão participativa;

Sustentabilidade;

Programas sociais.

KEYWORDS:

*Participatory
Managemen;*

Sustainability;

Social programs.

RESUMO: O enfoque do trabalho é a gestão participativa com relação a conceitos como a sustentabilidade municipal quanto aos programas sociais que são desenvolvidos na contextualização físico-espacial em bairros. Parte do princípio de que os gestores públicos têm vivido dificuldades na análise diagnóstica do espaço público com respeito aos problemas relativos à degradação do ambiente físico e social a fim de indicar instrumentos de intervenção urbanística. Objetiva investigar as diferentes formas pelas quais a gestão participativa tem se apresentado. Conclui que a aplicação de uma ferramenta de investigação para a obtenção de informações reais sobre o bairro, em sua estrutura social abrangendo todas as variáveis que ela contenha pode contribuir para a gestão participativa.

ABSTRACT: The focus of the work is involved in participatory management in relation to concepts such as municipal sustainability related to social programs that are developed in the physical-spatial context of districts. It is assumed that public managers have experienced difficulties in the diagnostic analysis of public space according to some problems concerning the degradation of the physical and social environment in order to indicate instruments of urban intervention. The work aims to investigate the different ways in which participatory management has been presented. It is concluded that the application of a tool for investigating to obtain current information about the district in its social structure including all the variables it contains and that can contribute to participatory management.

* Contato com os autores:

¹ e-mail : lamiotti@gmail.com (L. A. Miotti)

Engenheiro Civil, Mestre em Engenharia Civil, Analista de estruturas Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

1. INTRODUÇÃO

Inicialmente, para compor este trabalho privilegia-se de forma sintetizada o registro de alguns conceitos, os quais são considerados ínsitos ao tema: gestão participativa, benefícios sociais, ambiente

sustentável, qualidade de vida e variação global.

Concernente ao pensamento público sobre o meio ambiente e as iniciativas para a sustentabilidade, situa-se a inclusão ao meio, registrando a frase de Rheingantz (2001, p. 41), com a qual todo homem deve se identificar: “Minha condição de morador me

transforma em parte integrante de sua organização social local da qual sou parte”, de modo que fica configurado um “lugar” e, ainda que interconectado, é interpretado como um lugar local, cujo valor simbólico é mobilizado por argumentos políticos, é a esfera de seu cotidiano, de práticas reais e valorizadas, a fonte geográfica de significado; atua como ponto de apoio e referência de seus ocupantes (MASSEY, 2008).

Paralelo a isto, é preciso pensar nas dificuldades vividas pelos gestores públicos quanto ao estudo do espaço físico das cidades quando o propósito é empreender pesquisas que informem sobre os problemas que favorecem a degradação ou não, do ambiente físico e social, a fim de possibilitar a indicação de instrumentos de intervenção urbanística.

Planos de desenvolvimento sustentável são elaborados na iniciativa pública em diferentes países e visam a integração da gestão participativa, os benefícios plurais que podem ser obtidos e a manutenção da qualidade de vida. Alguns destes planejamentos são estudados e apresentados neste trabalho, com o objetivo de investigar as diferentes formas pelas quais a gestão participativa tem se apresentado.

2. GESTÃO PARTICIPATIVA

Aborda-se especialmente a gestão participativa com as informações de Bucci *et al.* (2001) de que o município detém maior capacidade política e econômica na promoção de políticas públicas de sua responsabilidade com a cooperação do Estado e da União. Esta descentralização tem como propósito o planejamento da gestão da cidade de forma democrática e com a participação popular, a exemplo da elaboração das Leis Orgânicas e dos planos diretores.

São ações que têm possibilitado a participação de diversos setores da sociedade com visões heterogêneas e conflitantes, a disputa de novas ideias e concepções sobre as funções e o papel da cidade, formas de solucionar problemas, definição de prioridades, destinação de recursos e implementação das políticas públicas locais.

Deve haver vinculação entre a responsabilidade do município em promover ações, programas e políticas públicas e entre o papel de assegurar o respeito aos direitos humanos, especialmente os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais da pessoa humana (BUCCI *et al.*, 2001).

Um movimento que se insurge no mundo, busca potencializar a democracia, aprofundando-a e assim possibilitando maior inserção da sociedade civil

organizada na gestão da coisa pública; a metodologia inclui a instituição de novas formas de participação e relações sociais e, com respeito à gestão ambiental exige a discussão histórica em seus aspectos sociopolíticos, resgatando a experiência humana na constituição de sua dimensão societária, acompanhada de sua complexidade, conflitos e pluralidade, ou seja, a gestão participativa.

A gestão participativa, vista também como participação coletiva, tem por fim a criação de estruturas descentralizadas, tendo como ferramenta essencial o relacionamento cooperativo na superação de conflitos internos e mudanças nas relações de trabalho, momento em que a organização passa a manter uma visão global.

Definindo-se: “ *A participação coletiva na gestão, no âmbito das organizações populares, diz respeito ao envolvimento das pessoas – associadas, no caso de uma entidade sem fins lucrativos, ou membros, no caso de uma comunidade – no processo de criação e administração de associações e entidades similares*” (PERUZZO, 2007).

Como políticas públicas são citados o planejamento, os planos e programas de ação e projetos, destacando-se o plano como principal instrumento de planejamento, e que materializa a política pública, os objetivos, as diretrizes, as metas, os órgãos do sistema de gestão, os instrumentos e procedimentos da política que devem ser estabelecidos por lei (SAULE Jr., 1998).

O Plano Diretor, portanto, em atendimento ao Estatuto da Cidade, artigo 39 da Lei nº 10.257/2001, determina ainda a definição da função social da propriedade urbana e que a política urbana e rural garanta:

- gestão democrática na elaboração, execução e acompanhamento do desenvolvimento municipal; direito a cidades sustentáveis; cooperação entre governos, iniciativa privada e demais setores da sociedade; distribuição espacial da população e das atividades econômicas de modo a evitar e corrigir distorções do crescimento urbano;
- integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais; adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano (art. 2º), definindo recursos no plano plurianual e demais leis orçamentárias para implementação da política urbana (BRASIL, 2001).

O Plano Diretor é definido no artigo 40 e § 1º da Lei nº 10.257/2001. É abordado quanto à sua

obrigatoriedade em municípios com mais de 20 mil habitantes, índice que alcança 73% do total de municípios brasileiros.

A justificativa ditada por Marinho e Pozzebon (2004) é de que:

“Embora possam não sofrer na mesma escala os problemas urbanos dos grandes centros, os pequenos municípios seguramente sofrem com a falta de definição de diretrizes e instrumentos para orientar seu desenvolvimento e, portanto, não devem abrir mão de construir seu referencial para cuidar do seu território e orientar o desenvolvimento urbano. Mais que isso, todos os municípios têm por atribuição constitucional a responsabilidade de exercer o controle sobre o uso e ocupação do solo e criar condições para o desenvolvimento sustentável e mais justo do seu território”.

A perspectiva é de que a elaboração ou revisão do Plano Diretor incentive a discussão sobre o futuro dos municípios, considerando as características locais, dos problemas, das potencialidades e das aspirações de cada um, oportunizando a participação da sociedade nas discussões de propostas locais de desenvolvimento (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2011).

Trata-se a proposta do Ministério das Cidades da ocupação de um vazio institucional que eximia a participação do governo federal da discussão sobre a política urbana e o destino das cidades. Quanto ao Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/2001, forneceu uma nova base jurídica para a política urbana no Brasil, regulamentando os artigos 182 e 183, referentes ao tema urbano da Constituição Federal (MARICATO, 2006).

2.1 MODO DE GESTÃO: MORADIAS, PATRIMÔNIO PÚBLICO, GESTÃO PARTICIPATIVA E PROGRAMAS SOCIAIS = BENEFÍCIOS SOCIAIS

Ao entendimento do desenvolvimento sustentável alia-se o conceito de gestão ou de administração participativa como uma ferramenta que possibilita a aplicação de recursos, controle de colaboradores e demais ações ao gestor nesta categoria de modelo de gestão. São citadas como características da gestão participativa: atmosfera aberta, estimulando a comunicação em todos os níveis; foco na busca da qualidade e melhoria contínua; estímulo à parceria com funcionários, fornecedores e prestadores de serviços, em detrimento do confronto de forças na negociação;

valorização do trabalho em equipe; maior envolvimento e segurança no emprego (RATTO, 2004).

Na verdade, uma ferramenta essencial na gestão participativa consiste na delegação de autoridade, pela tendência ao aumento de autoestima do pessoal, obtendo-se maior comprometimento com os objetivos da empresa, mais participação e, por isto, maior motivação (RATTO, 2004).

Neste contexto, o papel a ser desempenhado pelo engenheiro e pelo arquiteto vai além da criação de instrumentos, informações e dispositivos ou processos, mas em agir de modo que estas criações garantam ao homem um trabalho menos árduo e vida mais digna.

Tal argumento procede porque, não passa despercebido o aumento no número de edificações no país: segundo a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP, 2011), 1,052 milhões de moradias foram financiadas pelos bancos no ano de 2010, representando um recorde histórico e um aumento de 57% em relação a 2009, quando foram financiados 670 mil imóveis.

Os recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) foram responsáveis pela compra ou construção de 631 mil imóveis, um número impulsionado pelo programa federal Minha Casa, Minha Vida; com recursos da poupança foram financiados 421 mil imóveis (ABECIP, 2011).

Sabe-se que esta injeção de recursos financeiros para construção de moradias encontrou uma estrutura municipal deficiente e despreparada em sua gestão para discutir e elaborar um estudo geográfico e espacial que comportasse novos loteamentos, divididos e aptos a receber um complexo de moradores e de prover as condições essenciais ao bem viver: atendimento às questões básicas de saúde, transporte, educação, segurança, alimentação, lazer, acessibilidade e tecnologia que, juntas, podem promover a qualidade de vida.

A falta de informações sobre as condições reais dos bairros inibe a efetiva gestão do patrimônio público, da elaboração de projetos de moradias, de melhoramento na infraestrutura básica e na manutenção da qualidade de vida, vetor de todas as gestões públicas.

Tanto é assim, que por determinação do Ministério das Cidades, os novos financiamentos para o programa federal Minha Casa, Minha Vida, ficam restritos em sua liberação: “O financiamento agora só vai ser liberado onde existir infraestrutura completa – uma garantia de qualidade de vida para o morador e o mínimo que deveria ser exigido de um projeto com apoio do governo” (BOM DIA BRASIL, 2011).

Verifica-se, visivelmente a contraposição nestas novas regras, quando se constata o grande número de imóveis construídos com recursos deste programa federal, sem que esta infraestrutura fosse investigada previamente. Nota-se que a qualidade de vida é termo presente nas diretrizes da Caixa Econômica Federal e, mais uma vez, enfatiza-se que os pequenos municípios não reconhecem a falta de informações sobre os seus bairros.

À análise, tais questões endossam a justificativa social para estudar a gestão participativa e o desenvolvimento sustentável com fins de qualidade de vida, quando associam ao comportamento ambiental do espaço das cidades a relevância de uma relação do seu crescimento com a política, as leis e o planejamento urbano e habitacional.

Deve ser pensado com prioridade o descaso presente nas gestões públicas, cujo comportamento ambiental concreta a realidade de uma periferia desestruturada, sem oferta de trabalho, dotada de loteamentos e conjuntos habitacionais (SANTORO; BONDUKI, 2009).

Com enfoque no comportamento ambiental da periferia, especificamente bairros, ressalva-se que não se trata esta diretriz, em absoluto, de compor um quadro separatista, que remeta a uma visão estreita de defesa dos interesses dos cidadãos do bairro somente; antes, é evidente a intenção de buscar aplicar, a termo, a qualidade de vida.

Neles, é evidente um desenho de benfeitorias, os denominados benefícios sociais que encampam programas como Bolsa Escola, Bolsa Família, que unificou no Governo Lula demais benefícios sociais como o Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás.

É certo que, se analisado um dado bairro com utilização de sensoriamento remoto e, mais localmente, com mensuração espacial para verificação de sua especificidade, será inibida a identificação de elementos presentes que indiquem capacidade garantidora de variação global, viabilização de mobilidade, circulação e acesso aos recursos da contemporaneidade; antes, considera-se essencial a aplicação de uma ferramenta que avalie o contexto em todos os parâmetros que venham a contribuir para o desenvolvimento sustentável (COMISSÃO MUNDIAL PARA O AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1987).

2.2 SUSTENTABILIDADE ECONÔMICO AMBIENTAL

É de conhecimento comum as preocupações com as condições ambientais, em especial no âmbito das esferas social, política e econômica e, agora, de comunicação tecnológica. As condições ambientais,

sobretudo, são vinculadas ao moderno desenvolvimento sustentável, termo inicialmente citado na apresentação do informe *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), conhecido como o Relatório Brundtland, em 1980, sendo que sua definição consta neste Relatório, desde 1987.

A tais iniciativas seguiram-se eventos como a ECO 92, a Conferência do Rio, realizada no Rio de Janeiro, que congregou a Cúpula da Terra e o Fórum Global buscando “Criar um modelo econômico capaz de gerar riqueza, bem-estar, coesão social e preservação da natureza, preocupando-se com os problemas em longo prazo” (NEVES, 2003).

Na ECO 92 foi introduzida a Agenda 21 e as discussões e metas pertinentes à redução da emissão de gases do efeito estufa (GEE) na atmosfera, esta última discutida no encontro de Kyoto, em 1997, resultando na criação do Protocolo com este nome, o Protocolo de Kyoto (MATAROZZI, 2008).

Com respeito ao desejado em um desenvolvimento sustentável e, ao apregoadado na proposta do Relatório Pnuma, se considerada a compreensão do espaço do mundo físico “[...] a partir da percepção das relações que os vários elementos existentes estabelecem entre si” (SANTOS, 2008), a qualidade de vida pode ser considerada como: “Uma experiência produzida no processo de interação do ‘observador-sujeito’ com o organismo social complexo”, pois que, se presente na relação mantida entre ambos e com o contexto maior com que interagem, assim deve ser concebida (RHEINGANTZ, 2001).

Nesta busca são reconhecidas dimensões de necessidades envolvidas no conceito e desdobrados em sistemas de indicadores, tornando-se objeto de formulação de políticas públicas para o aumento do bem-estar da comunidade, incluindo o ambiente físico, saúde, educação, habitação, serviços básicos, participação socioeconômica e segurança pública (JANNUZZI, 2002).

O termo qualidade de vida, contudo, não tem recebido consenso em seu conceito: Ferreira (2008) o cita como um conceito *envelope* e adota aquele ditado por Lawton (1991), que comporta quatro componentes: bem estar subjetivo; qualidade de vida percebida; competência comportamental; e, condições objetivas do ambiente.

Miotti (2009), em estudo enfocando grandes empreendimentos em município de pequeno porte adotou como qualidade de vida a definição de Guillén Salas (2005), a qual citamos:

Nível de satisfação dos indivíduos em relação de sua condição de vida, avaliada a partir do quadro particular de valores dos mesmos, constituindo-se em dupla dimensão, objetiva e subjetiva, que se referem à condição de vida do indivíduo e à sua satisfação, respectivamente, relacionando-se a dimensão objetiva com os elementos materiais inseridos no contexto físico [...] e, a dimensão subjetiva.

Uma explicação por este interesse é trazida por Cocian (2009), acerca do significado da palavra criar, relacionada de modo direto com a engenharia:

Os engenheiros criam e inovam. Não há criação e nem inovação sem criatividade. O grupo dos engenheiros é provavelmente o conjunto mais criativo. Eles abstraem, sintetizam, resolvem problemas e inovam. Em outras palavras: permite que se façam coisas novas e que as velhas funcionem melhor. Os profissionais das artes, também são pessoas criativas, mas a sua criatividade se defronta com pensamentos e emoções. Já a dos engenheiros se defronta com normas técnicas, escassez de recursos e equações matemáticas. A criatividade da Engenharia está diretamente relacionada com objetos e resultados.

Portanto, se tudo o que os engenheiros fazem repercutem em benefício para a sociedade, lembra-se, proposadamente, que o conceito de qualidade de vida tem sido operacionalizado em busca de indicadores concretos, empíricos, que traduzam e permitam encontrar realmente os conceitos teóricos e as variáveis envolvidos.

2.3 ARQUITETURA E URBANISMO

Considerando a “Incontestável dependência cada vez maior da sociedade moderna em relação aos frutos da engenharia”, enfatiza-se o importante papel que vem desempenhando ao longo da história da humanidade. Sua presença e atuação são seguras nos sistemas de transporte e de comunicação, produção, processamento e estocagem de alimentos, distribuição de água e energia (BAZZO; PEREIRA, 2000).

Definida por Cocian (2009), “A engenharia é a arte da aplicação dos princípios matemáticos, da experiência, do julgamento e do senso comum, para implementar ideias e ações em benefício da humanidade e da natureza”. Ao aplicar a matemática e a ciência, portanto, são criados elementos de valor, com gênese

nos recursos naturais. Tem como último objetivo o benefício da humanidade, inclusive para o bem-estar social e econômico de todas as pessoas, em especial aquelas com menos recursos e nas nações menos desenvolvidas.

Enquanto o engenheiro faz o que é útil, ao arquiteto cabe complementar com a despertar da emoção produzindo, por meio de cálculos, formas que se harmonizam com o universo; assim, “[...] como a mais refinada forma de emoção despertada pela arquitetura é decorrente de sua conformidade com as mesmíssimas leis universais, conclui-se que o engenheiro e o arquiteto compartilham fundamentos comuns” (COLQUHOUN, 2004).

Com esta percepção, faz-se justa a preocupação de que “De nada adianta construir um edifício sustentável num bairro insustentável. [...] Temos de pensar em bairros sustentáveis” (OLIVEIRA, 2010).

É preciso pensar em analisar a fragilidade da gestão participativa visando a sustentabilidade econômica e ambiental, considerando projetos isolados em bairros e a sua correlação com os problemas globais do município.

2.4 CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO

O espaço físico também recebe conceituação, segundo Massey (2008) que assim registra:

Está implícito que se considera o espaço como solo e mar, como a terra que se estende ao nosso redor. Implicitamente, também, faz o espaço parecer uma superfície, contínuo e tido como algo dado. [...] mas leva consigo efeitos sociais e políticos. Portanto, esse modo de conceber o espaço pode assim, facilmente, nos levar a conceber outros lugares, povos, culturas, simplesmente como um fenômeno sobre essa superfície.

Maricato (2006) explica que um indicador expressivo da dimensão crítica que os problemas urbanos atingiram, pode ser visualizado na imensa ilegalidade presente na ocupação do solo, tendo início nas terras invadidas ou parceladas de modo irregular, caracterizando-se a exceção como regra e, esta, como exceção.

Não há a visão de uma questão formal, seja ela legal ou ilegal, mas sim, a implicação que repercute em aspectos negativos paralelos ao crescimento urbano, consistindo em ocupação de áreas com caráter ambiental frágil, a exemplo de “beiras de rios, de córregos, de lagoas, mangues, reservatórios de água

potável, dunas, áreas de matas e florestas, encostas instáveis, várzeas” (MARICATO, 2006).

Urbanistas, geógrafos, economistas, arquitetos e profissionais que planejam o território compreendem a forma de crescimento dos municípios e elaboram questionamentos: se alguns municípios ficarão mais urbanos, quais serão os agentes desse processo de transformação e como serão habilitados novos espaços urbanizados? Como preservarão o meio ambiente, os mananciais e a qualidade de vida no ambiente construído? (SANTORO; BONDUKI, 2009).

2.4.1 O aspecto espacial de bairros

Observa-se que os bairros de cidades de pequeno porte, podem ter seu crescimento agregado a uma falta de estrutura social, econômica, tecnológica e ambiental. Muitos bairros têm servido como “dormitório” para seus moradores, que não encontram no mesmo as opções de trabalho e geração de renda, educação, atendimento à saúde e, muitas vezes, oferta de produtos alimentícios, demandando a necessidade de buscar tais recursos na região central do município.

Esta incidência inibe o crescimento e o desenvolvimento social de bairros e os descaracteriza em sua função, pois acaba não comportando e agregando fatores culturais e características individuais, porquanto seus moradores assumem aspectos e comportamentos além de seus limites, ou seja, no local onde trabalham, buscam recursos e atuam.

Tal fato dificulta a elaboração do Plano Diretor, constante no Capítulo II, o artigo 23 e o Capítulo IV, dentre outros, da Constituição Federal (BRASIL, 1988) quanto às responsabilidades do Estado para com o cidadão, e assim ditado pela Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, o Estatuto da Cidade, constante no Capítulo III da Lei referida, artigos 40 a 42 (BRASIL, 2001).

A compreensão acima citada presta-se à justificativa em caráter social, tecnológico e ambiental, porquanto as dificuldades operacionais desses municípios na elaboração e implementação de uma prática de planejamento e gestão urbana, em razão da ausência de estrutura administrativa, pessoal qualificado e instrumental apropriado de trabalho trazem limitações à leitura do seu lastro institucional.

Lima (2010) desenvolveu um instrumento metodológico para auxiliar na elaboração de um Plano de Mobilidade Urbana, que possibilitasse a compreensão realista dos problemas de circulação vividos na cidade, na dimensão urbano/arquitetônica e a análise de cenários futuros planejados e desenhados dentro da

mesma metodologia de trabalho. Concluiu que o instrumental metodológico auxilia o planejamento da mobilidade urbana das cidades brasileiras congruente aos seus planos diretores.

Faz-se necessária a construção de uma ferramenta para investigar o comportamento físico-espacial de bairros, aplicando-a com base em um conhecimento complexo existente e realizando uma leitura da contextualização físico-espacial a fim de que, obtidos resultados que confirmem a real condição possam ser criados teorias, métodos e instrumentos de intervenção no ambiente natural e construído para promover a qualidade de vida de forma abrangente e efetiva.

Acredita-se que o conhecimento pertinente “Permite situar as informações que recebemos no seu contexto geográfico, cultural, social ou histórico” (ALCÂNTARA, 2010). Precisa-se, então, obedecer a um paradigma que oportunize diferenciar e relacionar, de modo que a atuação no meio espacial possa modificar hábitos de vida com ênfase nos objetivos de qualidade.

Entende-se que uma ferramenta de investigação aplicada a contexto do bairro admitirá uma análise geral de suas reais condições, posicionando-se em uma base nivelada de necessidades, recursos e estrutura que permitirá o ingresso de intervenções e alternativas sustentáveis de gestão urbana.

3. AS RESPOSTAS DISPONÍVEIS

Na Costa Rica, o crescimento urbano se encontra sob responsabilidade do Conselho nacional de Planejamento Urbano (CNPU) mediante o estabelecimento de três princípios universais: o ser humano, o ambiente e as infraestruturas e serviços (MATA e SOTO, 2008).

Swaroop e Morenoff (2004) investigaram se e de que modo os contextos sociais de vizinhança influenciam os indivíduos em suas ações de participação na comunidade e na organização social local. A tese é de que esta organização é promovida pelo conjunto de condições estruturais, estabilidade residencial, altos níveis de recursos socioeconômicos e composições homogêneas, repercutindo na saúde física e mental, e comportamento humano.

Fiori (2006), a fim de contribuir com o aprimoramento de processos de gestão do espaço urbano aplicou os indicadores de Abrangência e Qualidade da Infraestrutura propostos pelo Sistema Integrado de Gestão do Ambiente Urbano (SIGAU). Concluiu que tais indicadores podem ser utilizados para

o monitoramento das condições do meio urbano, bem como uma ferramenta auxiliar no processo de planejamento e definição de cenários.

Marin (2009) indica o uso do conceito de Sistema de Informação Territorial (SIT), afirmando que quando o alcance de um Sistema de Informação Geográfica (SIG) se associa à jurisdição de um governo, se transforma em um SIT. A indicação confirma que o SIT facilita no solo o desenvolvimento da informação cadastral e a gestão, além do planejamento urbano e desenvolvimento de projetos reguladores, a administração da rede viária e a criação de uma política de investimento social, como a criação de áreas públicas recreativas e desportivas.

Zambrano (2004) relata a experiência de pelo prefeito Daniel Estrada, em Cusco, para desenvolver processos de desenvolvimento local participativo. Em sua argumentação, afirma que a descentralização atribuiu aos municípios prioridade nacional; em sua ação fundiu as forças da sociedade civil com o governo territorial e social; prestou um serviço com maior solidariedade humana e justiça; constituiu-se fator importante para influenciar os desequilíbrios externos; diminuiu a precariedade dos serviços públicos melhorando as condições de vida da população; aliviou os conflitos; promoveu estratégias para a cidadania; promoveu a consolidação de lideranças locais; integrou novos atores sociais e econômicos.

Na Albânia, a transição democrática obteve do governo municipal medidas tais como: melhoria na infraestrutura em bairros formais e informais; formulação de planos e estratégias de desenvolvimento urbano e acesso aos direitos públicos (SERAGELDIN; SOLLOSO e VALENZUELA, 2006).

O Projeto Columbia Britânica, em apoio às iniciativas de desenvolvimento sustentável requereu ampla abordagem, considerando fatores sociais, ecológicos e econômicos. O Projeto tem interesse especial na gestão do meio ambiente, incluindo florestas e montanhas e na participação de pessoas quanto ao uso e orientação na gestão de recursos (BERKES *et al.*, 2003).

4. CONCLUSÕES: O QUE SE ESPERA COMO MUDANÇA NA GESTÃO PARTICIPATIVA PARA A SUSTENTABILIDADE

É neste sentido que a proposta caminha: diante da intenção em conhecer as particularidades do bairro, são conhecidos também os recursos e as necessidades das pessoas que nele residem.

Neste processo, deve ser verificada a variação global nos bairros e seus efeitos, avaliadas as

características, forma e objetivos presentes na gestão participativa em bairros, bem como as condições estruturais neles apresentadas quanto aos níveis individuais de qualidade de vida presentes, identificando quanto às necessidades presentes e relacionando as alternativas de melhor utilização.

Acredita-se que, aos dados coletados mediante o sensoriamento remoto, possam ser acrescentadas informações mais detalhadas do quanto se caracteriza a condição social assistencial em cada bairro e da fraqueza de uma gestão participativa que não avança no desenvolvimento local. Pretende-se enfatizar a aplicação de uma ferramenta de investigação que efetivamente obtenha informações reais sobre o bairro, em sua estrutura social abrangendo todas as variáveis que ela contenha.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Instruções para elaboração do Plano Diretor**. Disponível em: <[http://www.almg.gov.br/Publicacoes/Plano Diretor/Intrucoes.pdf](http://www.almg.gov.br/Publicacoes/Plano_Diretor/Intrucoes.pdf)>. Acesso em: 17 fev. 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO E POUANÇA – ABECIP. Bancos financiam mais de 1 milhão de imóveis em 2010. In: <http://administracao.com.br>, 16 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/economia-e-financas/bancos-financiam-mais-de-1-milhao-de-imoveis-em-2010-diz-abecip/42801/>>. Acesso em: 16 fev. 2011.

ALCÂNTARA, Í. A. **Qualidade de vida é vida**. São Paulo: Biblioteca 24x7, 2010.

BAZZO, W. A.; PEREIRA, L. T. V. *Introdução à engenharia*. Florianópolis: UFSC, 2000.

BERKES, F. *et al.* Participatory management and sustainability: evolving policy and practice in a mountain environment. In: **The Integrity Gap: Canada's Environmental Policy and Institutions**. UBC Press, Vancouver, p. 133-166. 2003.

BOM DIA BRASIL. Novas regras do **'Minha casa, minha vida' deixam mercado com dúvidas**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2011/02/novas-regras-do-minha-casa-minha-vida-deixam-mercado-com-duvidas.html>>, 22 fev. 2011. Acesso em: 23 fev. 2011.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001**. Brasília: Presidência da República, 2001.

BUCCI, M. P. D. *et al.* **Direitos humanos e políticas públicas**. São Paulo: Pólis, 2001. (Cadernos Pólis, 2)

COCIAN, L. F. E. **Descobrimo a engenharia: a profissão**. Canoas: ULBRA, 2009.

- COLQUHOUN, A. **Modernidade e tradição clássica**: ensaios sobre arquitetura. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- COMISSÃO MUNDIAL PARA O AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD. O nosso futuro comum. Noruega, 1987. Disponível em: <<http://www.marcouniversal.com.br/upload/RELATORIOBRUNDTLAND.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2013.
- FERREIRA, J. L. S. **Educación a terceira idade**: estúdio do colectivo de pessoas maiores no contexto de Vila Nova de Gaia. 2008a. 291f. Tese [Doutorado em Educação] Santiago de Compostela, Espanha: Universidade de Santiago de Compostela, 2008.
- FIORI, S. **Indicadores urbanos**: avaliação, adequação e aplicação em Passo Fundo - RS/Brasil. Florianópolis, 2006. 189f. Dissertação [Mestrado em Arquitetura] – Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.
- GUILLÉN SALAS, J. C. **Sistemas de indicadores de qualidade de vida**: análise das experiências de Belo Horizonte, Ontário, Porto e Chillán e Ovalle. (Dissertação). Mestrado em Engenharia Urbana. São Carlos: UFSCar, 2005.
- JANNUZZI, P. M. Repensando a prática de uso de indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. In: KEINERT, T. M. M.; KARRUZ, A. P. (Orgs.) **Qualidade de vida**: observatórios, experiências e metodologias. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002. p.53-72.
- LAWTON, M. A multidimensional view of quality of life in frail elderly. In: BIRREN, J. et al. **The concept and measurement of quality of life in the frail elderly**. S. Diego: Academic Press, 1981.p.75-82.
- LIMA, M. R. T. R. **Mobilidade urbana em planos diretores**: análise sintática da malha viária da área conturbada de Florianópolis. 149 p. Dissertação [Mestrado em Arquitetura e Urbanismo] – Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.
- MARICATO, E. O Ministério das Cidades e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. **Ipea**: políticas sociais - acompanhamento e análise, n.12, p.211-220, fev. 2006.
- MARIN, G. V. Experiência municipal em el uso e implementación de um sistema de información territorial. *Revista Geográfica de América Central*, n.43, p.37-47, II Sem. 2009.
- MARINHO, G.; POZZEBON, R. M. **Plano Diretor para Pequenos Municípios**. Brasília, DF: Ministério das Cidades, maio./jun. 2004.
- MASSEY, D. B. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MATA, E. B.; SOTO, F. R. Propuesta de desarrollo urbano costarricense, antecedentes, alternativas y desafios. *Revista Geográfica de América Central*, n.41, p.77-119, II Sem. 2008.
- MATTAROZZI, V. **Sustentabilidade no setor financeiro**: gerando valor e novos negócios. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.
- MIOTTI, L. A. **Grande empreendimento em município de pequeno porte: estudo de caso do frigorífico Anhemi em Itapejara D’oeste – Paraná**. 2009. 165f. Dissertação [Mestrado em Engenharia Civil] – Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.
- NEVES, M. **Consumo consciente**: um guia para cidadãos e empresas socialmente responsáveis. Rio de Janeiro: *E-papers*, 2003.
- OLIVEIRA, N. C. Uma mesa-redonda pela sustentabilidade. **O Engenheiro**, p.12, out. 2010.
- PERUZZO, C. M. K. Comunicação comunitária e gestão participativa. In: KUNSCH, M. M. K.; KUNSCH, W. L. (Orgs.). **Relações públicas comunitárias**. São Paulo: Summus Editorial, 2007.p.137-149.
- RATTO, L. **Comércio – um mundo de negócios**. Rio de Janeiro: Editora Senac Nacional, 2004.
- RHEINGANTZ, P. A. Pequena digressão sobre conforto ambiental e qualidade de vida nos centros urbanos. **Ciência e Ambiente**, v.1, n.22, p.35-58, jan./jun. 2001.
- SANTORO, P. F.; BONDUKI, N. O desafio do parcelamento do solo a partir do periurbano: composição do Preço da terra na mudança de uso do solo rural para urbano. **XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, Florianópolis, SC, 25 a 29 maio 2009.
- SANTOS, A. P. O. **Metodologias e ferramentas para avaliação da qualidade de sistemas web de código aberto com respeito à usabilidade**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.
- SAULE Jr., N. Participação dos cidadãos no controle da administração pública. **Pólis Papers**, n.1, 1998. Disponível em: <http://www.polis.org.br/obras/arquivo_174.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2011.
- SERAGELDIN, M.; SOLLOSO, E.; VALENZUELA, L.. Local government actions to reduce poverty and achieve the millennium development goals. **Global Urban Development Magazine**, v.2, n.1, march, 2006.
- SWAROOP, S.; MORENOFF, J. D. **Building community**: the neighborhood context of local social organization. PSC Research Report, n. 04-549, January 2004. Disponível em: <<http://www.psc.isr.umich.edu/pubs/pdf/rr04-549.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2011.
- ZAMBRANO, V. V. P. **Democracia participativa para el desarrollo local**: la experiencia del alcalde Daniel estrada en el Cusco. Lima, Peru: Innova Arquitecta Integral, 2004.